

DESCOLONIZANDO O SABER: A POTÊNCIA EPISTEMOLÓGICA DE FILÓSOFAS NEGRAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Milena Rosa Senhorinha

Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú
mirosasenhorinha@gmail.com

Liane Vizzotto

Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú
liane.vizzotto@ifc.edu.br

Introdução do Problema

A história da filosofia e, conseqüentemente, da epistemologia, tem sido marcada por uma significativa ausência de vozes e perspectivas não-brancas e não-masculinas. Essa exclusão histórica impacta diretamente o campo educacional, influenciando a maneira como o conhecimento é produzido, legitimado e transmitido nas instituições de ensino. Ao privilegiar determinados referenciais teóricos e culturais, a educação tradicional contribuiu para a reprodução de hierarquias raciais e epistemológicas que invisibilizam saberes produzidos por sujeitos historicamente subalternizados.

Nesse contexto, torna-se fundamental refletir sobre a contribuição de pensadoras negras para a produção de conhecimento e para a construção de perspectivas críticas capazes de questionar as bases eurocêntricas da educação. Filósofas negras brasileiras como Lélia Gonzalez (1998) e Sueli Carneiro (2005) oferecem importantes aportes teóricos para compreender as relações entre conhecimento, poder e desigualdade racial, ao mesmo tempo em que propõem caminhos para a construção de uma educação comprometida com a justiça social.

Diante desse contexto, as análises que seguem, ainda preliminares pois fazem parte de uma pesquisa de mestrado, pautam-se pela problemática: de que maneira as contribuições epistemológicas de filósofas negras brasileiras podem colaborar para o processo de descolonização do conhecimento e para a construção de práticas



educacionais antirracistas? Deste modo, objetiva-se analisar as contribuições teóricas de pensadoras negras brasileiras para o debate sobre descolonização do saber no campo educacional, evidenciando que suas reflexões possibilitam questionar estruturas históricas de exclusão epistemológica e ampliar os referenciais teóricos presentes na educação brasileira.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise teórica de obras produzidas no campo das relações raciais. A análise fundamenta-se no diálogo entre o pensamento decolonial latino-americano, o feminismo negro e os estudos sobre educação antirracista, campos teóricos que têm problematizado as hierarquias raciais e epistemológicas presentes na produção do conhecimento.

Contribuições Epistemológicas de Filósofas Negras: Outros Caminhos para a Educação Brasileira

O eurocentrismo constitui uma estrutura epistêmica dominante que, historicamente, posicionou a cultura europeia como referência universal de racionalidade, progresso e produção de conhecimento. Segundo Quijano (2002), essa lógica está profundamente associada ao processo de colonização e à constituição do sistema moderno-colonial de poder, no qual determinadas formas de conhecimento foram consideradas legítimas enquanto outras foram sistematicamente desqualificadas ou invisibilizadas.

No campo educacional, essa lógica se manifesta na seleção de autores considerados “clássicos”, na organização dos currículos escolares e universitários e na forma como a história e a produção intelectual são narradas. Como consequência, saberes produzidos por povos africanos, indígenas e afro-diaspóricos foram frequentemente excluídos ou tratados de forma marginal nos espaços acadêmicos.

Nesse cenário, o pensamento de filósofas negras brasileiras assume papel central na crítica a essas estruturas de poder. Lélia Gonzalez destaca-se por suas reflexões sobre racismo e cultura na América Latina, propondo conceitos fundamentais como



“amefricanidade” e “pretuguês”. A noção de amefricanidade enfatiza a formação cultural das Américas a partir da interação entre matrizes africanas, indígenas e europeias, destacando a centralidade da experiência afro-diaspórica na constituição das sociedades latino-americanas. Já o conceito de pretuguês evidencia as influências africanas na formação da língua portuguesa falada no Brasil, questionando a hierarquização linguística que desvaloriza as expressões culturais negras.

Além disso, Gonzalez desenvolveu análises pioneiras sobre a intersecção entre raça, gênero e classe, antecipando debates posteriormente sistematizados no campo da interseccionalidade. Suas reflexões revelam como diferentes formas de opressão se articulam na experiência das mulheres negras, evidenciando a necessidade de abordagens analíticas que considerem a complexidade dessas relações sociais.

Complementando essa perspectiva, Sueli Carneiro desenvolve uma crítica profunda ao racismo estrutural e à lógica de exclusão que marca a produção do conhecimento. Em seus estudos, a autora apresenta o conceito de epistemicídio, entendido como o processo sistemático de deslegitimação e apagamento dos saberes produzidos por populações negras. Esse mecanismo atua não apenas na marginalização de autores e intelectuais negros, mas também na invisibilização de experiências, narrativas e formas de conhecimento que não se enquadram nos padrões eurocêntricos de validação científica.

A crítica ao epistemicídio revela como o racismo opera também no plano epistemológico, definindo quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos e quais são descartados ou desqualificados. Nesse sentido, a incorporação das epistemologias negras no campo educacional representa uma estratégia fundamental para ampliar o horizonte da produção de conhecimento e para combater as desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira.

A interseccionalidade, presente nas reflexões dessas pensadoras, constitui igualmente uma ferramenta analítica indispensável para compreender as múltiplas formas de desigualdade que marcam a realidade social. Dados recentes do Atlas da Violência (Brasil, 2025) evidenciam que mulheres negras figuram entre os grupos mais



vulneráveis à violência no Brasil, demonstrando como raça, gênero e classe se articulam na produção de desigualdades estruturais.

Diante desse cenário, a educação assume papel estratégico na construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. A incorporação das epistemologias negras no currículo escolar e universitário não deve se limitar à inclusão pontual de novos autores, mas deve envolver uma revisão mais profunda das bases epistemológicas que orientam a produção e a construção do conhecimento.

Isso implica repensar currículos, práticas pedagógicas e processos formativos, valorizando a pluralidade de experiências culturais e intelectuais. A valorização das epistemologias negras permite ampliar as referências teóricas utilizadas na educação, contribuindo para a formação de sujeitos críticos capazes de questionar estruturas de poder e reconhecer a diversidade de saberes que compõem a sociedade.

Conclusões

A análise das contribuições de filósofas negras brasileiras evidencia a importância de ampliar o debate sobre as bases epistemológicas que sustentam o campo educacional. O pensamento de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro oferece instrumentos fundamentais para compreender como o racismo e o colonialismo estruturam a produção do conhecimento, ao mesmo tempo em que apontam caminhos para a construção de uma educação antirracista e socialmente comprometida.

A incorporação das epistemologias negras nos currículos e nas práticas pedagógicas constitui um passo essencial para a superação do eurocentrismo e para a valorização da diversidade cultural e intelectual presente na sociedade brasileira. Mais do que ampliar o repertório teórico, essa perspectiva contribui para a construção de processos educativos mais democráticos, capazes de reconhecer diferentes formas de produção de conhecimento e de promover relações sociais mais justas.

Assim, descolonizar o saber significa também transformar as estruturas educacionais, questionando hierarquias epistemológicas e criando condições para que



vozes historicamente silenciadas possam ocupar espaço na produção e na circulação do conhecimento. Nesse sentido, a valorização das epistemologias negras não representa apenas uma demanda política ou identitária, mas uma condição fundamental para a construção de uma educação comprometida com a justiça social, a diversidade e a democracia.

Dessa forma, este estudo contribui para o debate sobre a descolonização do conhecimento no campo educacional, evidenciando a relevância das epistemologias negras como ferramentas analíticas e pedagógicas fundamentais para a construção de práticas educativas antirracistas.

Referências

CARINE, Bárbara. *Como ser um educador antirracista*. Rio de Janeiro: Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2005.

GOMES, Nilma Lino (org.). *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola*. Brasília: MEC/UNESCO, 2012.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, 1988.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF, n. 34, 2008.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. Novos Rumos, n. 37, 2002.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (relatora). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de promoção da Igualdade Racial, 2004.

